

Programa de Trabalho sobre a
educação e a formação na Europa: que
pontes para o mundo do trabalho?

Texto provisório

Joaquim Azevedo¹

Vila Real
3 Dezembro 2003

¹ Professor Associado da Universidade Católica Portuguesa, Administrador da Associação Empresarial de Portugal, Membro do Conselho Nacional de Educação.

Introdução

Esta comunicação ao Seminário Regional promovido pela DREN e pelo GAERI, em Vila Real, em torno do "Programa de Trabalho sobre o seguimento dos objectivos estratégicos comuns dos sistemas de educação e formação na Europa", visa desenvolver três temáticas específicas, entre muitas possíveis, a saber:

- o que serão estas competências-chave na educação e na formação face ao desenvolvimento social, área em que darei especial atenção à formação nas TIC;
- como tornar acessível a todos uma educação de qualidade ao longo de toda a vida, no contexto concreto de Portugal;
- como fortalecer as pontes entre o mundo do ensino e da formação e o mundo do trabalho.

Equacionadas estas três questões, rematarei com algumas breves considerações finais, que ousar colocar como desafios para o futuro.

Ainda em termos introdutórios não deixa de ser interessante e algo preocupante verificar que é uma dinâmica europeia, definida na sequência da "Estratégia de Lisboa (Março de 2000), que nos convoca e congrega aqui em Vila Real. Continuamos a ser uma sociedade muito reactiva a estímulos externos e pouco capaz de formular internamente mecanismos de participação e de mobilização social, em torno dos importantes objectivos para o futuro da educação e da formação em Portugal. A "Estratégia de Lisboa", mais conhecida na Europa do que em Portugal, definiu o objectivo estratégico de fazer da Europa "a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de sustentar um crescimento económico com mais e melhores empregos e maior coesão social". Na sequência desta definição global foi aprovado, em 2002, o Programa de Trabalho "Educação e Formação 2010", com objectivos precisos e metas muito concretas.

Neste momento a Comissão Europeia acaba de preparar um relatório (a aprovar posteriormente pelos Ministros) em que faz uma avaliação do caminho percorrido e tenta estimular os vários governos e a sociedade civil para a necessidade de se andar mais depressa e melhor, sob pena de não se cumprirem os objectivos traçados e as metas definidas. Pode dizer-se que se trata de um relatório tipo "chicotada psicológica". Mas, no contexto nacional e em termos públicos, continuamos muito distantes destas preocupações. A educação e a formação teimam em não sair da esfera técnica e em não passar para o espaço público, o único aliás onde pode ser apropriada pelos vários actores sociais e pelas muitas centenas de instituições de educação e de formação (para quem esta problemática é completamente estranha). Continua a ser difícil compreender tanto este fechamento por parte do poder público como a passividade generalizada dos actores sociais mais dinâmicos.

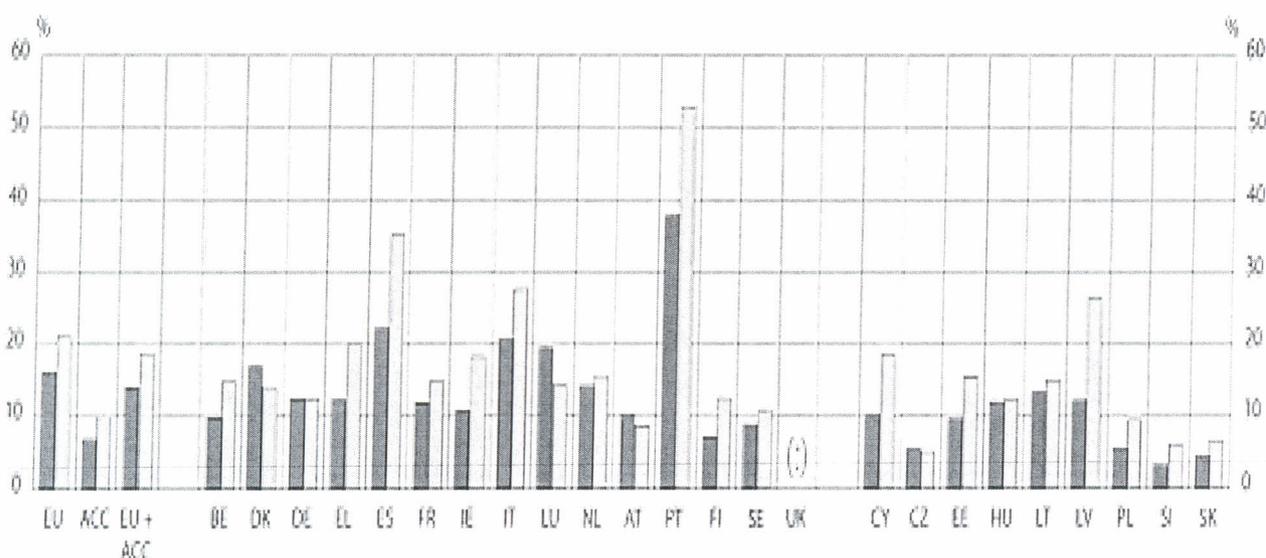
Parabéns, por isso, à DREN e ao GAERI, por esta iniciativa aberta a todos e realizada num local tão afastado dos grandes centros de decisão.

Portugal continua numa situação insustentável

Para entrar nas três questões referidas, impõe-se fazer um ponto de situação acerca da posição de Portugal neste esforço europeu de grande envergadura e da maior relevância social. A última Comunicação da Comissão Europeia sobre o Programa de Trabalho, a que acima aludi COM (2003) 685, de 11 de Novembro, continua a traçar um quadro muito preocupante para o caso de Portugal. Basta repararmos em dois quadros para ficarmos com ou fortalecermos a convicção de que é mesmo muito urgente trazer para o debate público e para o terreno político a situação da educação e da formação no nosso país.

O quadro 1 mostra, para o ano 2002, a percentagem da população de 18-24 anos que apenas obteve o 9º ano e que não prosseguiu estudos. Para uma média da União de 19%, Portugal apresenta 46%, contra 29% da Espanha, 24% da Itália e 16% da Grécia. A população portuguesa continua a sair do sistema de ensino e de formação inicial muito cedo e com uma débil preparação de base para fazer face às exigências em conhecimento da sociedade e da economia presentes e futuras, bem como para sustentar uma adequada integração e participação social.

Quadro 1
População do grupo etário 18-24 anos que apenas obteve a escolaridade obrigatória (9º ano), em 2002



**Programa de Trabalho sobre a educação e a formação na Europa:
que pontes para o mundo do trabalho?**

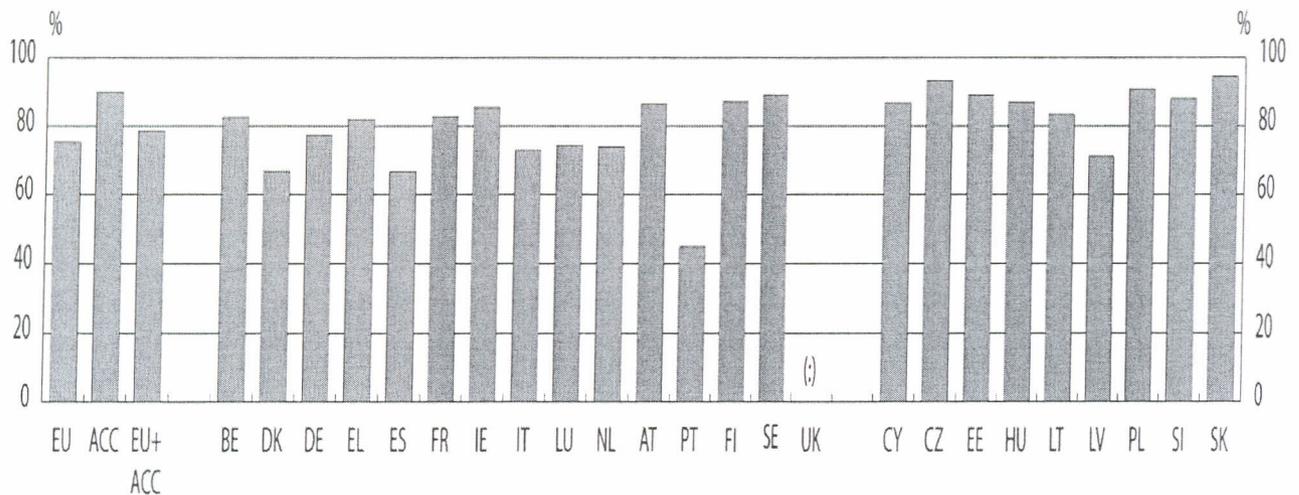
	EU		BE	DK	DE	EL	ES	FR	IE	IT	LU	NL	AT	PT	FI	SE	UK
Total	(:)		21.2	20.8	29.1	(:)	29.5	(:)	35.5	24.0	16.8	16.5	(:)	27.5	36.8	30.0	(:)
Females	(:)		9.7	10.9	15.1	(:)	17.3	(:)	22.1	14.5	(:)	5.2	(:)	16.2	17.2	17.9	(:)
Males	(:)		34.1	33.6	42.4	(:)	43.1	(:)	51.6	36.2	(:)	28.0	(:)	42.6	59.6	47.5	(:)

	IS	LI	NO	BG	CY	CZ	EE	HU	LT	LV	MT	PL	RO	SI	SK	JP	US
Total	18.7	(:)	19.8	26.2	17.7	31.3	21.3	20.4	26.6	16.3	11.0	19.9	26.9	22.5	28.3	21.9	(:)
Females	10.7	(:)	10.1	18.8	8.7	15.8	11.5	8.5	14.5	8.0	5.4	10.3	16.9	10.5	15.7	6.4	(:)
Males	32.2	(:)	33.8	35.9	30.1	46.6	36.1	34.7	44.5	29.7	17.8	32.6	38.1	37.9	41.7	34.3	(:)

Data source: Eurostat, UOE

O quadro 2 completa o anterior e chama-nos a atenção para o facto de que mesmo entre as novas gerações permanece o desajustamento e o atraso português. Assim, entre a população com 22 anos (dados de 2002) que completou pelo menos o ensino secundário (12º ano), para uma média da União de 75%, Portugal apresenta 45%, de novo o valor mais baixo, contra 67% da Espanha, 73% da Itália e 82% da Grécia. Entre os dez novos países da União, só um apresenta valores abaixo dos 80% (a Lituânia, com 71%).

Quadro 2
Percentagem da população de 22 anos que completou com sucesso
pelo menos o ensino secundário (12º ano), em 2002



**Programa de Trabalho sobre a educação e a formação na Europa:
que pontes para o mundo do trabalho?**

BE	DK	DE	EL	ES	FR	IE	IT	LU	NL	AT	PT	FI	SE	UK
82.6	66.8	77.4	82.1	66.6	82.9	85.6	72.9	74.2	73.9	86.5	44.9	87.3	89.3	(:)

EU	ACC	EU + ACC		CY	CZ	EE	HU	LT	LV	PL	SI	SK
75.4	90.1	78.7		86.9	93.4	89.2	87.2	83.5	71.2	91.0	88.1	94.6

Data source: Eurostat, Labour force survey

É claro que temos de situar estes valores referentes a Portugal e aos outros países europeus num contexto histórico preciso, no qual é possível evidenciar a recuperação do nosso atraso estrutural. Mas é cada vez mais desconfortável, passados trinta anos sobre a conquista da democracia, verificar que o nosso atraso persiste, que os outros países da União prosseguem com sucesso os seus esforços de escolarização das suas populações e que países como a Grécia, a Espanha e até a Itália, realizaram processos muito mais bem sucedidos de recuperação dos seus próprios atrasos históricos. A razão "atraso estrutural" já é mais uma peneira com que podemos continuar a querer tapar o sol. Não há nem houve, desde o 25 de Abril, para além de um aumento brutal da procura de educação, sobretudo por parte das classes médias e por força dos imperativos legais, nenhum programa nacional, politicamente assumido e orientado, persistentemente desenvolvido, no sentido de qualificar mais e melhor todos os portugueses, procurando trazer ao usufruto dos benefícios educacionais aqueles filhos dos portugueses pouco escolarizados e mais desfavorecidos. Há barreiras sociais e culturais que o processo de escolarização tem tido dificuldade em passar, com graves consequências para a coesão social, mas isso nunca foi trazido seriamente para o espaço público e para a ribalta política, mais ocupada com outras temáticas prioritárias e com o serviço das clientelas.

É neste contexto e não em qualquer outro (irreal) que vamos enunciar perspectivas de melhoria da educação e da formação. Estou plenamente consciente das dificuldades que há e haverá em implementar muitas das sugestões que a seguir enuncio. Mas também confio em alguns responsáveis políticos nacionais e locais e em muitas instituições da sociedade civil, particularmente instituições de ensino e de formação e empresas, públicas e privadas, e nas suas capacidades para agarrar alguns desafios e superar as limitações do contexto, ainda que desgarradamente e com resistências inadmissíveis por parte de alguma administração pública antiquada e esclerosada.

Competências-chave na educação e na formação

Este é um dos temas recorrentes do Programa de Trabalho. Ele aborda, no entanto, de forma nova, velhas e importantes questões da educação e da formação. Que cidadão queremos nós educar, com que perfil de competências, para desempenhar que funções e que papéis sociais? Mais uma vez, estamos diante de uma questão política central, que se prende com a eleição de valores, questão esta a que os políticos habitualmente voltam as costas, deixando-a martirizada em debates técnicos sem conta e, em boa verdade, sem grande utilidade.

Ora, a definição do núcleo das competências-chave a que todos os cidadãos devem ter acesso na educação-formação é uma questão política e não técnica, embora quase sempre ela seja reduzida a uma questão meramente técnica, a ser tratada exclusivamente por técnicos. Devem ser os pais, os empregadores, os agentes sócio-culturais, os eleitos pelos portugueses com assento no Parlamento, onde estão representadas várias correntes ideológicas, modos diversos de ver o ser humano e o mundo, de antecipar o melhor futuro para as gerações vindouras, devem ser estes actores sociais a debater e consensualizar o que querem que seja o núcleo da educação escolar e da formação profissional inicial. Assim como estes agentes não devem dizer (nem o Estado) como se desenvolvem as competências em TIC junto das crianças ou como se ensina Matemática a adolescentes, também não são os técnicos ou os professores (nem o Estado) a definir o que deve ser o núcleo central do programa educativo escolar.

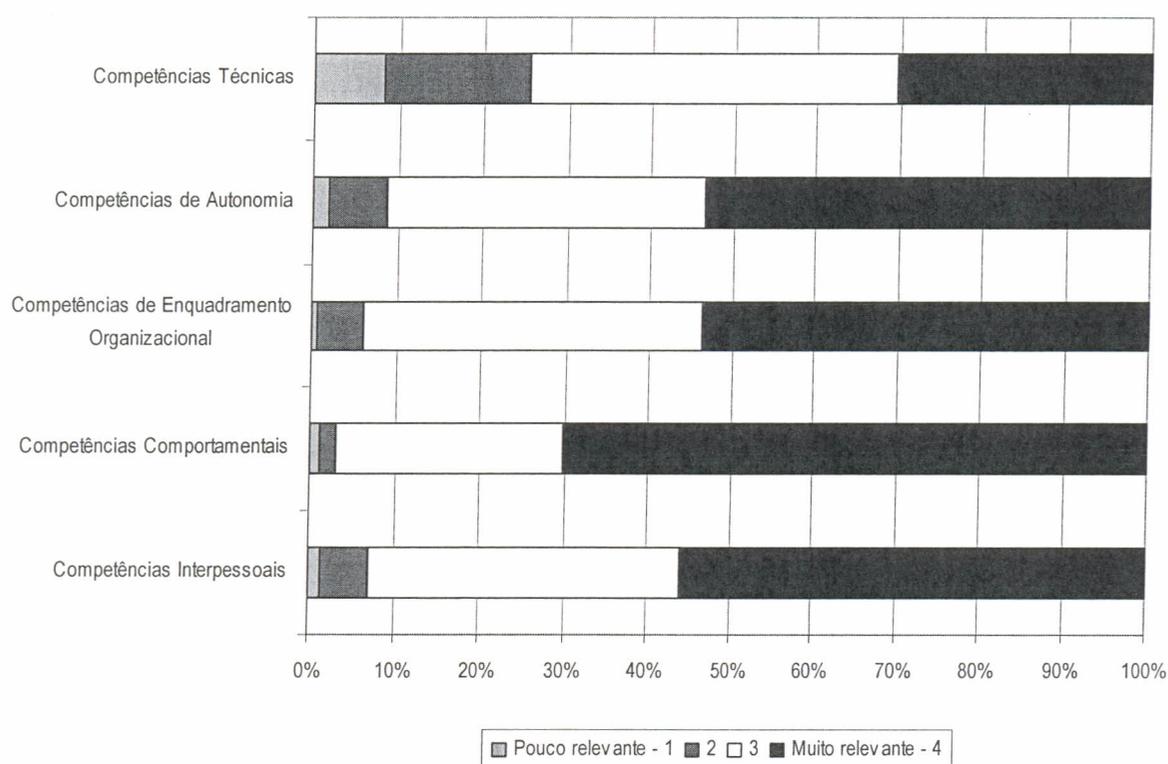
Dito isto (e mais haveria para dizer sobre esta tão importante problemática, geralmente muito mal focada), podemos recolher de alguns estudos e de várias posições tomadas por associações de pais, sindicatos e por grupos de empresários, a título de exemplo, um conjunto de requisitos a este respeito. Não nos interessa tanto procurar formulações muito sistematizadas (que porventura nem existem), importa perceber o seu significado, o seu sentido mais profundo, o norte para onde apontam. Assim, tomo por base resultados de um estudo realizado pela AEP- Associação Empresarial de Portugal, em 1998, as posições da Mesa Redonda dos Empresários Europeus e as últimas posições da Comissão Europeia, inscritas no próprio Programa de Trabalho. Apesar de ter procurado junto da UGT, da CGTP e da Confederação Nacional de Associações de Pais, não encontrei referências claras a esta matéria.

O estudo desenvolvido pela AEP² inquiria uma amostra representativa dos empresários portugueses (contendo, por isso, muitos pequenos empresários) e

² “Os empresários e o mercado do primeiro emprego. Estratégias de recrutamento”. Porto, Associação Industrial Portuense, 1998.

procurava saber, entre muitas outras coisas, que competências eles mais valorizavam em termos de perfil profissional, no momento de recrutar novos colaboradores. A resposta obtida apresenta-se no Gráfico 1. É muito interessante verificar que as "competências técnicas" são as menos valorizadas, quando colocadas a par das "competências comportamentais" (as mais valorizadas) e as "competências interpessoais", as "competências de autonomia" e as "competências de enquadramento organizacional".

Gráfico 1
Competências mais valorizadas num perfil profissional, no recrutamento de novos funcionários: resultados globais



A Mesa Redonda dos Empresários Europeus, outro exemplo³, refere que os jovens europeus, à saída da escola e à entrada no mercado de trabalho, devem possuir um leque vasto de competências que agrupam do seguinte modo:

Competências "intelectuais":

³ Foram considerados dois documentos da European Ruonde Table od Industrilaists, a saber, "Education for Europeans. Towards the learning society", de 1995, e "Investing in Knowledge. The integration of technology in European education", de 1997.

- literacia e numeracia
- bom domínio da língua materna
- bom conhecimento de três áreas disciplinares:
matemática/ciência/tecnologia; humanidades; ciências económico sociais
- capacidade de comunicação
- estar motivado e saber aprender sempre e mais
- competências em TIC
- capacidade crítica

Competências "comportamentais":

- capacidade de iniciativa, curiosidade, criatividade e inovação;
- flexibilidade;
- capacidade de decisão;
- busca de profissionalismo e da excelência;
- boa capacidade de comunicação individual e em trabalho de equipa.

Estes industriais acrescentam ainda cinco elementos de contexto: (i) que a especialização precoce é contraproducente; (ii) que as políticas de educação devem integrar na "cadeia educacional" a educação pré-escolar e a educação de adultos, ao longo de toda a vida; (iii) que deve ser avaliada a qualidade dos serviços prestados, que se devem identificar e divulgar as boas práticas e que se deve descentralizar a administração; (iv) que se devem desenvolver parcerias entre escolas, empresas e organizações sociais e culturais locais; (v) os governos nacionais e toda a sociedade devem fazer da educação uma prioridade do seu desenvolvimento cultural, da sua prosperidade e da qualidade de vida de todos.

Por seu lado, a Comissão Europeia, através do Grupo de Trabalho sobre "Basic skills...", integrado no Programa de Trabalho "Educação e Formação 2010", grupo de trabalho que reúne representantes de vários países e com perfis diversos, acaba de publicar (Novembro de 2003) um relatório onde se aprofunda esta problemática das competências-chave. O Grupo define competências-chave como "o conjunto de conhecimentos, competências e atitudes transferíveis e multifuncionais, de que todos os indivíduos precisam para a sua realização pessoal, para a inclusão social e para o emprego. Estas competências devem estar desenvolvidas no fim da escolaridade obrigatória e devem actuar como uma fundação onde apoiar a formação contínua, como parte da aprendizagem ao longo de toda a vida."

São, assim, três os elementos do referencial político que subjaz à escolha e ao enunciado destas competências-chave: a realização pessoal e o desenvolvimento pessoal ao longo da vida (capital cultural), o fomento de uma cidadania activa e da inclusão social (capital social) e a empregabilidade, entendida como a capacidade para obter e manter um emprego decente no mundo do trabalho (capital humano). O Quadro 3 procura reunir e definir estas competências.

**Programa de Trabalho sobre a educação e a formação na Europa:
que pontes para o mundo do trabalho?**

Comunicação na língua materna	Capacidade para exprimir pensamentos, sentimentos e factos de forma oral e escrita (ouvindo, falando, lendo e escrevendo) e
-------------------------------	---

“Competências-chave” (Programa de Trabalho Educação-Formação 2010)

Comunicação numa língua estrangeira	
Literacia matemática e competências básicas em ciência e tecnologia	Capacidade para usar adição, subtração, multiplicação e divisão e estabelecer rácios no cálculo mental e escrito; conjunto de conhecimento e a metodologia empregue para explicar o mundo natural; aplicação do conhecimento para modificar o meio natural como resposta às necessidades e vontades humanas.
Competências em TIC	Uso da tecnologia multi-media para encontrar, armazenar, criar, apresentar, interpretar e trocar informação.
Aprender a aprender	Disposição e capacidade para organizar e regular a sua própria aprendizagem, para gerir eficazmente o seu tempo, para resolver problemas, para adquirir, processar, avaliar e assimilar novos conhecimentos e aplicar conhecimentos e competências numa variedade de contextos.
Competências interpessoais e cívicas	Ser capaz de participar de modo eficiente e construtivo na vida social e inter actua nas relações um-a-um e em grupo.
Empreendimento	Propensão para cada um induzir mudanças próprias e capacidade para acolher, apoiar e adaptar a inovação que surge de factores externos. Assumir responsabilidade pelas suas acções, positivas e negativas, desenvolvendo uma só estratégia, estabelecendo objectivos e alcançando-os, e estar motivado para obter sucesso.

" Interesse" cultural	Apreciação da cultura popular e dos costumes sociais em geral e capacidade para apreciar literatura, arte, música e outras formas de expressão criativa.
-----------------------	--

Fonte: Relatório de Progresso do Grupo de Trabalho "Basic skills,...", do Programa de Trabalho Educação e Formação 2010", Comissão Europeia, DG Educação e Cultura, 2003

Como disse acima, apesar das tentativas feitas, não foi possível reunir até este momento tomadas de posição públicas e publicadas das centrais sindicais e das associações de pais. Vamos continuar a procurá-las, tendo em vista completar este quadro.

Da leitura destes dados pode concluir-se o seguinte:

- 1.** Há um grande acordo em torno das seguintes competências nucleares, a que todos os cidadãos da União Europeia devem ter acesso:
 - numeracia e literacia;
 - competências básicas em matemática, ciências e tecnologia;
 - domínio de pelo menos uma língua estrangeira;
 - espírito de empreendimento;
 - competências em TIC.
- 2.** Existe uma concordância muito generalizada sobre a necessidade de desenvolver competências de ordem social, ou "soft skills", como alguns lhe chamam, em contraposição com as competências técnicas específicas, entendendo-se por isso:
 - competências de relacionamento interpessoal (trabalhar em equipa com os colegas, ter capacidade de comunicação e de diálogo);
 - competências comportamentais (ser responsável e empenhado, ser dinâmico e motivado, ter vontade para aprender, a cada momento, ao longo de toda a vida);
 - competências de enquadramento organizacional (ser assíduo e pontual, trabalhar em cooperação com os colegas e as equipas de trabalho, saber aplicar orientações superiores e saber fazer sugestões de melhoria da organização);
 - competências de autonomia pessoal (ser autónomo e possuir espírito de iniciativa, participar na resolução de problemas novos, ser criativo e ter capacidade de inovação).

Importa perguntarmo-nos sobre o modo como o sistema escolar se organiza e prepara para desenvolver estas competências, não apenas de modo implícito, mas também de modo explícito.

- 3.** Estudos realizados junto de empresários revelam que eles, na hora de admitir um novo empregado, valorizam mais as competências de ordem

comportamental, de enquadramento organizacional, de autonomia e de relacionamento interpessoal do que as competências técnicas (embora seja de supor que estas competências técnicas sejam, pelo menos em parte, um dado adquirido pelos empresários, no momento da selecção).

4. Quanto às competências na área das TIC, importa começar por distinguir o que são as competências básicas, na óptica do utilizador, e o que são já as competências de ordem especializada. Quanto às primeiras, existem patamares diferenciados que se prendem com o tipo de uso que se pode e quer fazer das TIC (ex. desenvolvimento de competências básicas como cidadão, desenvolvimento de competências mais avançadas para efeitos de uso no local de trabalho). Seguidamente importa clarificar que o nosso país deveria fazer um esforço sério e prolongado na formação de todos os portugueses no domínio das TIC, procurando dotar os mais novos e os adultos de ferramentas que podem ser da maior utilidade na sua vida pessoal e profissional. Algumas iniciativas têm sido tomadas, mas estão longe, muito longe, do que seria desejável e possível.

Duas questões gerais finais: (i) como fazer com que todos os portugueses tenham acesso a estas competências, evitando a exclusão social que deriva da rotulagem imediata de "incompetentes" àqueles que não as adquiriram, ou na formação inicial ou na aprendizagem ao longo da vida (ALV); (ii) como validar pela sociedade portuguesa, de modo aberto, sério e empenhado, o núcleo de competências-chave? Questões que ficam para o debate.

Tornar acessível a todos uma formação de qualidade ao longo de toda a vida

A segunda problemática que me propus abordar decorre das questões anteriores e refere-se ao cumprimento de um importante objectivo estratégico para o desenvolvimento social do país, a saber, como tornar acessível a todos e a cada um dos portugueses uma formação de qualidade, ao longo de toda a sua vida. Esta é também uma questão política, muito antes de poder tornar-se uma questão técnica.

O meu ponto é este: assim como cada município procura satisfazer as necessidades da sua população em termos de infraestruturas de saneamento básico ou de acessibilidades, também em cada município deveria haver uma infraestrutura educativa capaz de proporcionar a todos e a cada um dos cidadãos não só a formação escolar e profissional inicial como a aprendizagem ao longo de toda a vida. Como dissemos, o acesso ao conhecimento torna os cidadãos mais livres, proporciona-lhes uma maior realização pessoal, facilita-lhes a sua participação social na comunidade e pode dar-lhes instrumentos de maior empregabilidade.

Poucas são, no entanto, as comunidades locais onde existem uma reflexão e um planeamento e uma acção consentâneos com esta perspectiva de acção. Geralmente organiza-se uma rede escolar e pouco mais. Já é muito, se o fizermos bem! É verdade, mas é pouco para a situação de atraso em que se encontra a nossa população, em termos de escolarização e de aquisição de qualificações.

Primeiro, porque a rede escolar que se ergue com esforço, permanece uma rede isolada, muito fechada sobre si mesma. Por exemplo: há escolas onde há vários professores com o equivalente a "horário zero", mas raramente estes recursos que estão na comunidade são colocados ao serviço da mesma comunidade. O mesmo se diga de um centro de formação profissional, de uma biblioteca ou de um museu. Geralmente, a pobreza não se reflecte tanto na ausência de iniciativas e de projectos, muitas vezes até com bons recursos afectos (educação de adultos, apoio social a jovens, projectos de prevenção social para populações de risco, centros de dia, etc, etc), mas mais na compartimentação completa entre as iniciativas (quando não o desconhecimento mútuo) e na sua descoordenação dentro de um mesmo território local.

Segundo, raramente se tem uma noção adequada dos recursos educativos que existem em cada comunidade. Como se confundem recursos educativos com escolas e centros de formação institucionalizados, não existe sequer espaço para pensar que as bibliotecas, os centros de juventude, as casas de cultura, os centros de formação de empresas, os centros de saúde, os jornais locais, as associações culturais, etc, etc, são e podem ser melhor potenciados como preciosos recursos educativos (não estritamente escolares) que podem e devem estar ao serviço da aprendizagem ao longo de toda a vida e de uma melhor qualidade de vida para todos.

Pergunto: porque é que os municípios não se pensam também, no que se refere ao seu desenvolvimento, em termos de **infraestruturas educativas** capazes de incentivar a procura e de acolher todos os habitantes de um dado território? Seria assim tão impossível cruzar a informação e integrar os recursos existentes, humanos e materiais, entre tão variadas instituições locais? É assim tão impensável que novos e velhos tenham sede de saber mais e que todos possam aprender desde que se lhe proporcionem as condições adequadas? As "novas infraestruturas" de aprendizagem permanente não poderiam estar disponíveis para todos os cidadãos, a todas as horas, mesmo ao fim do dia a ao fim-de-semana?

Tenho defendido que se crie em cada local "casas de aprender"⁴, pequenos, singelos e alegres espaços locais de **acolhimento de cada cidadão**, onde haja uma pessoa muito bem informada e muito qualificada para prestar uma

⁴ Ver texto mais completo em www.joaquimazevedo.com.

informação e uma orientação adequadas às necessidades de cada uma e de cada um, e onde haja conjuntos de respostas formuladas e a formular, para que cada português possa aprender mais e melhor. Trata-se de uma janela aberta, de um horizonte largo que nos pode facilitar ir mais longe na formulação e na execução de políticas de educação e formação verdadeiramente ao alcance de todos e de cada um dos portugueses.

Sinal muito interessante é o facto do Comité Executivo da Confederação Europeia dos Sindicatos ter defendido, na sua resolução sobre a educação e a formação ao longo da vida (em 13/14 de Junho de 2001), a criação de "centros locais polivalentes de aquisição de conhecimentos" tanto em ordem ao desenvolvimento económico como à coesão social das comunidades.

Fortalecer as pontes entre a formação e o mercado de trabalho

Os campos do ensino/formação e do mercado de trabalho são muito distintos, historicamente bastante desfasados e muito desarticulados em termos organizacionais. Acresce que aos dois campos correspondem quer políticas públicas separadas e verticalizadas, a da educação e a do trabalho, quer administrações tão separadas que durante décadas actuaram de costas voltadas, ignorando-se mutuamente. Por isso, falar em pontes entre educação e trabalho é enunciar um objectivo que está longe de ser alcançado e que estruturalmente é contrariado todos os dias que passam. Este enunciado inicial ganha toda a sua relevância quando o quadro que domina as iniciativas que visam construir pontes é o voluntarismo e um voluntarismo que tende geralmente a ignorar que há forças e tensões que contrariam permanentemente a sua construção.

A primeira e mais importante actuação é pois, e de novo, política e deve ser trazida para o debate público aberto e para a deliberação oportuna. Quantos, durante quantos anos, se dedicam a construir localmente pontes que administrações públicas separadas e adversárias destroem todos os dias, seja por força da lei, seja por força das rotinas instaladas, seja por defesa de territórios e clientelas. Não é certamente por defesa dos cidadãos, esses que deveriam estar primeiro nas prioridades e nos benefícios da educação e da formação. Mas, esta mesma administração pública, que é parte do problema, tem de ser parte da solução. A tarefa é, pois, complexa e exigente.

Quando falamos de pontes entre estes dois campos podemos enunciar três domínios principais em que elas se processam, domínios necessariamente articulados: as instituições de formação, as empresas e a administração pública. Vejamos por partes e muito sinteticamente.

No que se refere às **instituições de formação**:

- seria muito importante incluir nos planos de estudo e de formação o estudo, o debate e a compreensão do mundo do trabalho actual, com ênfase para o mundo do trabalho local e nacional, nas suas íntimas articulações com o mercado de trabalho internacional;
- os vários cursos, mormente aqueles que visam uma qualificação profissional inicial dos jovens, deveriam incluir obrigatoriamente experiências de trabalho, a realizar ao longo dos cursos;
- entre estas experiências de trabalho destacam-se os estágios, a forma mais testada e sucedida de entrar em contacto com o mundo do trabalho, desde que devidamente acompanhados tanto pelos formadores como pelos tutores nas empresas;
- a maior proximidade permanente entre as instituições de formação e as empresas poderá ser o melhor quadro para que as pontes se estabeleçam e sejam eficazes.

No que se refere às **empresas**:

- as empresas, principais beneficiárias sociais e directas dos investimentos públicos em qualificação profissional inicial, devem investir mais em apoiar directamente as instituições de formação, seja no plano nacional seja no plano local e até de cada estabelecimento de ensino (tornando-se patronos de escolas e centros de formação, por exemplo);

A Holanda criou, em 2003, uma Plataforma Para o Ensino Profissional, uma iniciativa que reúne empresas, associações empresariais e associações de escolas de ensino técnico e de ensino profissional, iniciativa esta que visa melhorar os resultados do ensino profissional, reduzir as taxas de abandono, melhorar a imagem do ensino profissional e colocar a carreira do aprendiz no centro do processo educativo.

- as empresas deveriam também prestar mais atenção e procurar informar-se melhor sobre o que se passa nas escolas com ensino técnico, com as escolas profissionais e com os centros de formação profissional, pois muitas vezes desconhecem completamente a "produção" de qualificações que existe no seu próprio território, como ainda recentemente se concluiu num estudo elaborado pela Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, no Entre-Douro-e-Vouga.

- as empresas podem também fornecer equipamento e formadores-técnicos especialistas às escolas que deles necessitem, tendo em vista actualizar e qualificar os processos formativos.

No que se refere à **administração pública**:

-importa, antes de mais, que as pontes sejam tão estreitas entre as administrações do ensino e da formação profissional que haja lugar a uma só política e a uma sã complementaridade de actuações, colocando todas as infraestruturas formativas em rede e ao serviço das populações que servem;

-a administração pública deveria incentivar mais o ensino e a formação profissional inicial, como formações com qualidade e úteis para a vida dos futuros trabalhadores, estimulando em particular as experiências de trabalho e os estágios curriculares (como se fez no quadro do PRODEP, por exemplo);

- a administração pública deve exercer um papel central e muito mais activo na elaboração e na circulação de informação acerca das qualificações que o sistema educativo português está a ser capaz de promover, em cada ano que passa. Esta informação deve chegar de modo eficaz aos empresários e aos pais, de modo a combater a desinformação que está instalada no país. Poderiam ser criadas, em cada território local, soluções variadas e mais eficazes, o que não invalida que os governos, as confederações patronais e as associações sindicais invistam na prestação de uma boa informação permanente e anual a todos os cidadãos, recorrendo aos poderosos meios hoje disponíveis (entre eles o e-government”).

-da administração pública esperam-se, também neste campo, sistemas de incentivos às instituições de ensino e de formação, para que estabeleçam actuações articuladas e complementares e para que construam melhores pontes com o mundo do trabalho. À semelhança do SIQUE (sistema de incentivos à qualidade da educação) poderiam ser criados incentivos específicos neste domínio.

Algumas notas finais

A principal das notas vai necessariamente para a urgência em trazer as problemáticas da educação e da formação para o debate público, para uma profunda participação e transparência sociais, tornando político aquilo que se tecnicizou, se enredou à volta de meia dúzia de entendidos, fechando à chave um tesouro que por todos deve ser partilhado. Esta é uma missão fundamental do Estado e da governabilidade democrática.

Reconheço que muitos dos presentes, na sua maioria professores, poderão duvidar da pertinência deste ponto de vista que tanto enfatizo. Geralmente, o modelo técnico sobrepôs-se pesadamente ao modelo político na construção das políticas sociais. Mas, os resultados estão à vista, reportando-nos ao campo da

educação. A "trilha técnica" que hoje enche as escolas até ao tecto, que tudo tem previsto e que inferniza o trabalho autónomo dos docentes e dos directores das escolas, não dá espaço a uma ampla e sustentada participação social. Muitas vezes até convive mal com ela. Creio que só outro paradigma de concepção e de execução das políticas públicas, nomeadamente no domínio da aprendizagem ao longo da vida, verdadeiramente democrático, com sustentação científica e técnica como é óbvio, mas capaz de concitar e estimular a participação dos vários agentes sociais que são parte interessada, nomeadamente os parceiros locais e os mais desfavorecidos, pode incentivar o acesso de todos à educação e à formação.

A segunda vai para a urgência da definição de uma só política para o ensino técnico e a formação profissional inicial. Tantas vezes prometida, as mesmas vezes adiada. No terreno, apesar da capacidade instalada ser muito boa, existe uma descoordenação cuja persistência é incompreensível.

A terceira vai para a necessidade de se desenvolverem mecanismos ágeis e completos, a funcionar de modo sistemático, para informar oportunamente os empresários de todos o país acerca dos diplomados pelos vários níveis de qualificação profissional.

A quarta nota vai para a urgência que há em se criarem plataformas cívicas de compromisso entre os empresários e as escolas (e respectivas associações) para se melhorar drasticamente a qualidade e a quantidade do ensino e da formação profissional inicial.

A quinta e última nota refere-se às potencialidades que existem em torno da criação, em cada município, de uma nova área de infraestruturas, a da aprendizagem ao longo de toda a vida, área política transversal e capaz de conter todos e cada um dos cidadãos do município.

Joaquim Azevedo, 3 de Dezembro de 2003.